

**35°. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**

**GT 27 PENSAMENTO SOCIAL NO BRASIL**

**A INTRÉPIDA MARIA GRAHAM  
E AS LUTAS DA INDEPENDENCIA**

**MARIA SYLVIA PORTO ALEGRE**

**24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011**

**CAXAMBU, MG**

O *Diário do Governo* do Rio de Janeiro noticiou a chegada, no dia 13 de março de 1823, do brigue inglês *Colonel Allan* procedente de Valparaiso, no Chile. A bordo vinha o renomado navegante inglês Lorde Thomas Cochrane, acompanhado de seis criados, onze oficiais navais ingleses e espanhóis e uma mulher.

A passageira em questão era a inglesa Maria Graham, decepcionada por perder o belo panorama da entrada na baía do Rio de Janeiro por causa do mau tempo. Depois de quase 60 dias de viagem, aquele era um dos dias mais chuvosos que ela já tinha visto no Brasil. À tarde, quando o céu clareou, Cochrane conseguiu desembarcar e dirigir-se ao palácio real, onde seria recebido por D. Pedro I, vindo de São Cristóvão especialmente para encontrá-lo. (Graham, 1990, p.262)

Maria Graham só desceu em terra dois dias depois, dando início à sua segunda permanência no Brasil em menos de dois anos. O Rio ainda guardava vestígios dos festejos da Independência de 1822, da aclamação de D. Pedro em outubro e da sua coroação como imperador em 1º. de dezembro, quando os cortejos percorreram as ruas ornamentadas por Gradjean de Montigny, Jean Baptiste Debret e Auguste Taunay. Cinco arcos triunfais foram montados no Campo de Santana, na Praça da Constituição, no Largo de S. Francisco, na Rua do Ouvidor e na Rua Direita (Moraes, 1982, p.498-503). As celebrações marcavam a criação oficial do império do Brasil, numa conjugação de novos rituais a seculares tradições portuguesas.

Maria examinou alguns dos arcos provisórios ainda montados no centro da cidade e achou que estavam muito bem executados, desenhados com cuidado e bom gosto. Também notou os novos chafarizes, os aquedutos reparados e as ruas recém calçadas. As obras públicas tinham melhorado visivelmente desde que vira o Rio pela última vez, parecia haver por toda a parte um ar de atividade e trabalho, anotou a visitante em seu diário de viagem.

Para além da boa impressão da chegada, porém, os estrangeiros da *Col. Allen* tinham pleno conhecimento dos sérios conflitos em curso no Brasil naqueles anos conturbados. Havia lutas armadas na província Cisplatina, na Bahia, em Pernambuco, no Ceará, Piauí, Maranhão e Pará. O país vivia um estado de antagonismos e agitação

política que facilmente resultavam em confrontos armados. Nos primeiros meses de 1823, a recente independência do domínio português ainda estava marcada por divergências acirradas quanto à soberania de D. Pedro I e o predomínio do Rio de Janeiro na condução do processo.

A repercussão da chegada de Cochrane provocou o imediato embargo de todos os navios ancorados no porto do Rio de Janeiro, para impedir a chegada da notícia a Salvador, o que não parece ter surpreendido os oficiais do *Col. Allen*, imediatamente colocados de prontidão, à espera das ordens militares a serem dadas pelo governo brasileiro. (Graham, 1990, p.264)

Sabia-se que uma guerra devastadora estava em andamento na Bahia e a proximidade entre as duas cidades colocava o Rio sob o risco de bloqueio e intervenção militar. Naquele momento, havia grandes expectativas em Salvador, em torno do comando do famoso marinheiro inglês, recém nomeado primeiro Almirante da Marinha do Brasil, ainda em formação, para expulsar a esquadra portuguesa e garantir, ao lado das forças do exército, a independência do recém aclamado Império do Brasil. (Tavares, 2005, p. 187)

As condições de vida da viajante também estavam tumultuadas. Sua situação era bem diferente daquela em que veio pela primeira vez à América do Sul, em 1821, acompanhando o marido, o capitão Graham, comandante do navio inglês *Doris*. Tomas Graham adoeceu gravemente durante a viagem e morreu algum tempo depois de deixar o Brasil a caminho do Chile, no início de 1822. Maria não quis voltar à Inglaterra, preferindo ficar em Valparaíso por quase um ano, antes de retornar ao Brasil na companhia do lorde.

Sua primeira providência foi procurar um lugar para se hospedar, situação delicada para uma mulher viúva e sozinha em terra estranha. Afinal conseguiu encontrar uma casa na Glória, onde passou a receber os amigos que tinha feito no Rio e retribuir as visitas. Não se sentia bem de saúde, estava inquieta e abatida de espírito: “Estou de novo sem ninguém a quem me arrimar, e sozinha no mundo, com minha carga de melancolia...” (Graham, 1990, p.265)

Tal qual acontecia com a jovem nação brasileira, as experiências recentes de liberdade e independência cobravam seu preço a essa mulher de temperamento forte e

decidido, agora fragilizada física e emocionalmente. Tudo era resultado de um longo processo e, por isso, antes de prosseguir no relato, é melhor retroceder no tempo e dar conta de alguns percursos da vida agitada da viajante e escritora, até sua chegada ao Brasil.

### Uma viajante em busca de aventuras

Maria Dundas nasceu a 19 de julho de 1785 em Papcastle, Cumberland, no norte da Inglaterra. A mais velha dos quatro filhos do oficial naval escocês George Dundas e da americana Ann Thompson, natural da Virginia, teve uma infância tranqüila, ao lado da mãe e dos irmãos William, Agnes e Ralph, já que o pai estava sempre ausente no mar.

Pouco antes de completar oito anos Maria foi mandada para o colégio de Abingdon, em Drayton, no sul da Inglaterra. Tinha acabado de chegar quando soube da morte da mãe, de cuja companhia foi afastada repentinamente pelo pai, ao entrar para o colégio interno. Ficou em Drayton até terminar os estudos, aos 15 anos, período em que freqüentou a casa do tio, Sir David Dundas, em Richmond, onde se acostumou à intensa vida social da família paterna. Em suas memórias da infância e adolescência (Gotch, 1937), Maria relembra a educação severa, povoada pela leitura dos clássicos e pela mitologia greco-romana que dominavam o espírito da época. Desde cedo se entusiasmou pelas aulas de botânica, arte e literatura, sem esquecer as lições de francês e etiqueta, de modo que, ao deixar Abingdon e a casa do tio David, estava preparada para o convívio elegante nos salões, dentro dos padrões cultos esperados de uma jovem de alta posição social.

Em 1804, após dez anos de ausência, Maria reencontrou-se com o pai. Na época ela morava com a família Dundas em Edimburgo e o então capitão Dundas tinha acabado de voltar de uma longa missão no Caribe para reuniu-se aos filhos. Em 30 de dezembro de 1808, a jovem embarcou com a irmã Agnes e o irmão mais novo Ralph para a Índia, em companhia do pai, nomeado comissário da marinha real em Bombaim. Tinha 23 anos quando deu início à primeira das longas viagens que faria ao longo da vida.

Durante a travessia que durou cinco meses apaixonou-se por Thomas Graham, um escocês oficial da marinha, com quem se casou na Índia em 9 de dezembro de 1809. O casal voltou para Inglaterra dois anos mais tarde e em 1812 Maria publica sua primeira obra, o *Diário de Residência na Índia*. O livro teve sucesso imediato, seguido pela publicação, em 1814, das *Cartas da Índia*, ambos assinados com o nome de casada, Maria Graham.

Seus primeiros livros já revelavam grande desenvoltura da escrita, seu poder de observação e imaginação criativa, desenvolvidos desde criança (Akel, 2009). Com a morte do pai, Maria Graham recebeu uma pequena herança que lhe permitiu seguir adiante com as atividades literárias. Escrevia para ocupar as longas horas de ócio e solidão a que teve que se acostumar, com as ausências do marido no mar. Traduziu do francês as *Memórias de Rocca* sobre as guerras dos franceses na Espanha e em 1819 publicou uma memória sobre Nicolas Poussin, pintor francês do século XVII. No mesmo ano viajou a passeio com o marido à Itália, que resultou no livro *Três meses nas Montanhas de Roma*, publicado em 1820.

O casal morava em companhia do pintor Eastlake em 1821, quando o capitão Graham recebeu a convocação para viajar à América do Sul no comando da fragata *Doris*, de 24 canhões. A missão consistia em observar as costas das colônias de Portugal e Espanha e proteger os direitos dos comerciantes ingleses estabelecidos nos principais portos da região.

A *Doris* deixou a Inglaterra no dia 31 de julho de 1821, partindo de Plymouth, com destino a Funchal, na ilha da Madeira. Fez escala em Tenerife e nas ilhas Canárias, navegando por turbulências e calmarias longas e cansativas, até avistar a costa do Brasil, cerca de oito milhas distante de Olinda, em 21 de setembro.

Começa aqui a fase de maturidade de Maria Graham, definida mais tarde por Rosamund Gotch com adjetivos como intrépida, corajosa, uma “exploradora social” do seu tempo.

Primeira visita ao Brasil

Pernambuco

Aos 36 anos, o pai e o marido oficiais de carreira da marinha britânica, Maria Graham era uma mulher afeita às coisas do mar. Mesmo assim ficou intrigada quando os tiros de canhão dados pelo navio, pedindo um piloto, não foram respondidos naquela noite de sexta feira. Recife estava em estado de sitio.

Exatamente no dia 21 de setembro de 1821 os *patriotas* rebelados em Goiana, vila do interior de Pernambuco, perto da divisa com a Paraíba, intensificaram as ofensivas e apertaram o cerco sobre a capital:

“Além da disposição para a revolução, que estávamos prevenidos existir há muito em toda parte no Brasil, havia também rivalidade entre portugueses e brasileiros, situação que os últimos acontecimentos haviam agravado em não pequeno grau. A 29 de agosto cerca de 600 homens da milícia e outras forças nativas haviam tomado posse da vila de Goiana, um dos principais lugares da capitania, e tomado a força a Câmara Municipal, onde haviam proclamado o fim do governo de Luís do Rego.”  
(Graham, 1990, p. 126)

O general português Rego Barreto era um rigoroso e fiel representante de D. João VI, enviado do Rio de Janeiro para governar Pernambuco com mão de ferro desde a derrota da revolução republicana de 1817. Para os pernambucanos era um tirano, símbolo odioso do despotismo da metrópole, o responsável pela implacável repressão e perseguição aos seus opositores políticos.

A devassa contra os participantes de 1817, as execuções, os exílios, as prisões, eram fatos bem recentes na memória dos habitantes de Pernambuco e das províncias vizinhas da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Em fevereiro de 1821 os últimos presos políticos de 1817 que permaneciam detidos na Bahia foram libertados e sua volta triunfal às províncias de origem aumentou as agitações. O movimento de Goiana criou uma junta provisória de governo, em oposição à junta de Recife. Os revoltosos reivindicavam a instalação de um novo governo com administração local, após um sem fim de marchas e contramarchas no processo de rompimento dos laços que uniam a colônia à metrópole. (Bernardes, 2006; Melo, 2004)

Desde a revolução do Porto de 1820 e a convocação das Cortes Gerais para elaborar uma Constituição para o reino, a movimentação política e militar era intensa. A

implantação das juntas de governo em substituição ao poder dos governadores e capitães-generais, em consequência do constitucionalismo, veio alterar a forma de administração local com o objetivo calculado de descentralizar o poder do príncipe regente no Rio de Janeiro e submeter as províncias ao controle direto de Lisboa.

O ataque do movimento de Goiana a Recife tinha o objetivo de derrubar Rego Barreto do poder e instalar uma nova junta de governo. No domingo, dia 23, um barco com dois oficiais representante dos revoltosos aproximou-se da *Doris* para saber se os ingleses vinham ajudar a eles ou aos realistas, levando Maria a duvidar “tenham eles crido na estrita neutralidade que professamos”. Ao desembarcar, os recém-chegados foram recebidos no belo palácio do governo por Rego Barreto e a família: sua mulher, de descendência irlandesa e filha do visconde do Rio Seco do Rio de Janeiro, e as duas filhas do casal, bonitas e fluentes na língua inglesa, “cujos modos são os das senhoras bem educadas”. (Graham, 1990, p.128- 132)

Nas ruas do Recife reinava a confusão e o alvoroço. Em Santo Antonio e na Boa Vista, milícias armadas montavam guarda com canhões postados no fim de cada rua, na tentativa de deter o avanço das tropas brasileiras. As lojas estavam fechadas e as casas dos comerciantes ingleses, segundo Maria percebeu, se enchiam de caixotes de bens de valor, baixelas e jóias pertencentes aos proprietários dos arredores, cujas mulheres e crianças vinham ali se refugiar. Os alarmados estrangeiros, fechados em seus escritórios junto ao porto, tinham abandonando os sítios fora da cidade, onde costumavam passar as noites e fins de semana, segundo os velhos costumes da pátria distante.

O governador português mandou cortar as pontes de madeira que faziam a comunicação com o interior e erguer uma estacada além dos subúrbios, para deter o avanço do inimigo. Até a entrada de mantimentos foi interrompida na cidade sitiada (Graham,1938, p.79). Maria deixou o navio para hospedar-se por uns dias na casa da família Stewart, de cuja varanda dava para ver os soldados armados guardando a porta norte do Recife, que ela desenhou cuidadosamente. Os moradores da vizinhança espreitavam o movimento pelas janelas cerradas e a visitante aproveitou para conversar e colher informações sobre os últimos acontecimentos.

A gazeta oficial *Aurora Pernambucana* trazia notícias sobre a adesão do governador, dos magistrados e outros representantes do poder às deliberações dos constituintes nas Cortes em Portugal. Em 30 de setembro a fragata *Dom Pedro* chegou

da Bahia com um reforço militar de 350 homens para socorrer Rego Barreto. O governo armou de arco e flecha uma centena de índios, arregimentados à força para auxiliar a linha de defesa. Quando os patriotas atacaram o posto avançado de Afogados foram contidos pessoalmente pelo governador português à frente das tropas, mas não interromperam os avanços vindos do interior.

A mulher do capitão Graham voltou a bordo e encontrou a tripulação sofrendo os desconfortos decorrentes do bloqueio. Decidiu-se então a ir pessoalmente ao encontro do comando dos revoltosos, em companhia de três emissários ingleses, entre eles Glennie, seu primo, para fazer algumas reivindicações. O pretexto era dos mais triviais: os patriotas recusavam-se a permitir que a roupa pertencente ao navio fosse lavada em terra! Além disso, as provisões escasseavam dia a dia no navio e era preciso providenciar o abastecimento em terra.

A comitiva partiu a cavalo acompanhada de um guia, cruzando no caminho com uma delegação de 40 homens vindos da Paraíba, com a missão de propor condições a Rego Barreto. Os ingleses seguiram viagem, seguidos por um oficial de caçadores brasileiros até encontrar um destacamento de rebeldes, quando já estavam próximos ao acampamento do exército de Goiana. Eram cerca de duzentos homens armados com “toda espécie de tons de cor nas suas faces, desde o pálido europeu ao ébano africano”. (Graham, 1990, p. 148)

Quase quinze anos mais tarde, ao escrever uma memória por ocasião da morte de D. Pedro (Graham, 1938, p.66-176), a viajante ainda recordava em detalhes o aspecto impressionante desses soldados:

“Ao lado de um roupão verde, vinha um algodão estampado, seguido por uma jaqueta verde com calças vermelhas; uniformes abandonados das velhas tropas portuguesas alinhavam-se com as cores mais brilhantes que Manchester pode produzir para o mercado de escravos; meias de todos os matizes alternavam com muitas pernas nuas; sapatos de todos os feitios que se podem imaginar para evitar o bicho de pé, desde a bem feita bota de Londres até a sola de pele crua e a sandália leve, de madeira, do lavrador [...] umas poucas espingardas, espadas e pistolas alternava-se com lanças de bambu, algumas com ponta de ferro.



Instrumentos agrícolas, remos e ganchos de navios, e até mesmo instrumentos mecânicos...” (Graham, 1938, p. 80)

No saguão do palácio apinhado de soldados e feridos nas batalhas os enviados da *Doris* foram recebidos por nove membros do governo provisório, envergando belos uniformes militares. Entre eles estavam [José Vitorino de Borba] Cavalcanti de Albuquerque e o secretário do governo, um homenzinho simpático que serviu de intérprete falando francês. Seria Felipe Mena Calado da Fonseca? Maria mal entendia o português, não reteve a maior parte dos nomes, mas descreve o comandante em chefe como um “português-brasileiro, moreno e gordo, de aspecto um tanto pesado”. (Graham, 1938, p.80)

A junta queria saber se havia possibilidade de reconhecimento por parte da Inglaterra da independência do Brasil, interrogando longamente os quatro emissários sobre vários assuntos. É bem possível que fosse apenas uma atitude ingênua de pessoas cujo radicalismo de posições parecia ultrapassar os limites do liberalismo ilustrado (Carvalho, 1998). Por fim, os patriotas prometeram liberar a passagem de provisões à fragata estrangeira e todos brindaram, com “uma garrafa de vinho com cerca de metade de água misturada” o encontro considerado dos mais agradáveis. (Graham 1990, p.149-150)

Mesmo com toda a experiência de viajante em terra estranha, seria aquela inglesa refinada, lídima representante dos “Olhos do Império” (Pratt, 1999) capaz de entender o significado complexo da palavra *patriota*? A carga de identidades embutidas na quebra, ainda que momentânea, das hierarquias étnicas e sociais? Os novos sentidos de *pátria* e *nação*? As múltiplas “peças do mosaico” do Estado brasileiro em gestação? (Berbel, 2003; Jankso, 2000). Dificilmente.

O que ela não deixava de se perguntar é se estariam certos esses patriotas ao colocar armas nas mãos dos *novos* negros [africanos] cujas memórias da pátria, do navio negreiro e do mercado de escravos estavam ainda bem frescas. Ao longo da viagem Maria Graham vai manifestar varias vezes suas posições abolicionistas, condizentes com as pressões da Inglaterra para a extinção do tráfico de africanos para o Brasil. Quanto aos índios, sabemos que tão depressa quanto lhes davam arcos e flechas os brancos as mandavam recolher, por temor a represálias, não importa de onde partissem as ordens. (Porto Alegre, Mariz e Dantas, 1994)

No início de outubro as manobras militares foram interrompidas com a intervenção de uma expedição pacificadora liderada pelo comerciante Gervásio Pires Ferreira, participante de 1817 e pelos tenente-coronéis Luís Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e João de Araújo da Cruz, este último enviado da Paraíba (Sorgine, 2005). O armistício foi selado em 5 de outubro, na chamada *Convenção de Beberibe* e no dia 26 Gervásio Ferreira foi eleito presidente da nova junta de governo. No mesmo dia Luís do Rego Barreto obedeceu à ordem de D. João VI e das Cortes e retornou a Lisboa, acompanhado de um séquito de portugueses.

A *Doris* levantou ancora antes do desfecho dos acontecimentos, seguindo viagem rumo à Bahia no dia 14 de outubro.

### Bahia

A estadia em Salvador foi de 17 de outubro a 9 de dezembro de 1821, tempo em que o navio ficou ancorado na Baía de Todos os Santos, de onde se via o magnífico panorama da cidade entremeada de claras construções sombreadas pela rica vegetação, até o extremo da terra. Ali ficavam a igreja de Santo Antonio da Barra, a enorme árvore da gameleira do bairro da Graça, os jardins e paisagens que ela registrou com carinho em seus desenhos.

O casal Graham foi recepcionado pelo cônsul britânico Pennell em sua casa no espigão da Vitória, bairro preferido pelos comerciantes ingleses. Na primeira semana, a tripulação aproveitou a aparente tranqüilidade do lugar para explorar os arredores da baía, perambular na parte baixa e na cidade alta e visitar os amplos estaleiros do arsenal. Enquanto atendia aos inúmeros convites para jantares e recepções, Maria visitou igrejas e conventos e foi ao mercado de escravos, que a impressionou vivamente. Conheceu algumas famílias da elite portuguesa, foi à ópera no teatro São João, provou a comida das pretas livres no mercado do peixe, passeou a cavalo, cruzou a baía até Itaparica. Enfim, estava à vontade no seu papel predileto de observadora curiosa dos costumes e das pessoas e não deixou de notar que havia “uma grande desconfiança de estrangeiros no presente governo; daí não ter conseguido entrar em muitos edifícios públicos” como desejava. (Graham, 1990, p. 172)

A província era governada por uma junta provisória desde 10 de fevereiro, quando uma insurreição tomou o poder e destituiu o governador conde da Palma, que

entregou o cargo sem resistência. A primeira providência da nova junta foi escrever uma carta ao governador de Pernambuco, Luis do Rego Barreto, pedindo cooperação na garantia da “tranqüilidade pública”. Tudo indica que havia entendimentos entre os revolucionários republicanos de 1817 presos no Aljube e alguns conspiradores civis e militares partidários da adesão da Bahia às Cortes de Lisboa (Tavares, 2005; 1979; Amaral, 1957). Tanto é assim que o governo baiano mandou soltar os prisioneiros políticos no mesmo mês de fevereiro. Alguns deles Maria conheceu na passagem por Recife.

Abriu-se uma crise com a volta de D. João VI a Lisboa e o início da regência de D. Pedro em abril. A Bahia decidiu pelo rompimento com o governo do príncipe e os grupos políticos do Rio de Janeiro, sem deixar de continuar apoiando D. João VI. Em setembro foram eleitos os deputados baianos às Cortes, porém as cisões internas cedo se fizeram sentir entre os absolutistas e os liberais como José Lino Coutinho e Cipriano Barata. De certa forma, o processo conduzido pelas elites políticas em disputa pelo poder representava um retrocesso em comparação com as idéias de liberdade e democracia da *Revolta dos Alfaiates* de 1798. Nenhum dos grupos divergentes parecia demonstrar uma intenção de ruptura com Portugal, quer em Salvador quer no interior da província. (Araujo, 2001)

No domingo, ao voltar da capela inglesa, Maria se deparou com a revista das tropas, em um pequeno campo entre o hospital de Buenos-Aires e o forte de São Pedro. Foi informada que havia seis corpos de milícia em Salvador e outros tantos no interior, como Cachoeira e Pirajá, totalizando cerca de 15.000 militares na província. Além dos oficiais de cavalaria e dos regimentos de brancos, havia regimentos de mulatos e negros livres, todos bem armados e equipados, sendo que o de negros era “o mais treinado e mais ativo, como corpo de infantaria ligeira”. (Graham, 1990, p. 174-5)

Os homens negros e pardos, livres e escravos, de diferentes posses e condições sociais, recrutados à força ou por vontade própria, tiveram um papel decisivo nas lutas da independência na Bahia. Reprimidos e humilhados também no interior da instituição militar e suas estruturas, eles buscaram alianças de diferentes matizes, desde a revolta até a acomodação estratégica, enfrentando as duras tensões étnicas e raciais a que estavam submetidos. (Araujo, 2004; Kraay, 2002)

Em 3 de novembro a *Doris* suspendeu os planos de se afastar da baía e voltou à posição em frente ao porto, para dar proteção aos comerciantes ingleses e suas propriedades. Uma crise com novos contornos políticos se avizinhava: “O partido que se opõe a esta junta fala claramente em independência e quer que ao menos metade do governo provisório seja de brasileiros nativos”. (Graham, 1990, p. 184). Os dissidentes pretendiam apoiar D. Pedro, estabelecer ligações com o Rio de Janeiro e romper com Portugal. Exigiram em praça pública a deposição da junta governativa provisória e enfrentaram os soldados portugueses da *Legião Constitucional Lusitana*, no centro da cidade conturbada (Amaral, 1857, p. 38-41)

Maria notou a presença de tropas vindas dos bairros para se reunir à manifestação que terminou em choque armado, com a prisão dos chefes revoltosos, entre os quais dois conhecidos seus:

“A artilharia brasileira ocupa o forte de São Pedro, o governador e o que resta da Junta têm a cidade e o palácio. O governador realmente prendeu diversas, parece que dezessete pessoas, de maneira arbitrária, o coronel Salvador [Pereira da Costa] e o Sr. [José] Soares, e os pôs, alguns a bordo da *Dom Pedro*, outros a bordo dos transportes na baía a fim de serem levados para Lisboa [...] Não são esses os modos de conciliação.” (Graham, 1990, p. 185)

O capitão Graham ofereceu abrigo no navio às mulheres inglesas e combinou com o cônsul a troca de sinais, caso sua família estivesse em perigo. As prisões arbitrárias prosseguiram, os rebeldes ocuparam o forte de Santa Maria e continuaram lutando “com paus e pedras, espadas e armas de fogo”. Alguns patriotas vindos do interior pareciam mais experientes que os pernambucanos, “mas o grosso das tropas era tão misturado de cores quanto as do norte.” (Graham, 1938, p.81) As chuvas caíam pesadamente quando a nau *Dom Pedro* partiu de Salvador levando os manifestantes presos, os quais seriam soltos em Lisboa em abril do ano seguinte.

Em meados de novembro o capitão Graham foi tomado de uma febre súbita, enfraquecendo rapidamente e Maria também não ia bem de saúde. Presa à cabine, lia os jornais, escrevia e observava o movimento à beira-mar.

A cidade iniciava os preparativos para a festa de N. S. da Conceição, comemorada em 8 de dezembro. A igreja se enfeitava para as novenas, os navios no porto salvavam barulhentos ao amanhecer, ao meio dia e ao por do sol e o foguetório não deixava ninguém dormir. No dia da festa tudo em volta parecia tranqüilo. Os comerciantes sentiam-se seguros de modo que a fragata se preparou para deixar baía de Todos os Santos sem problemas. Maria voltou à cidade a tempo de se despedir das pessoas tão hospitaleiras e atenciosas que conheceu, antes que o navio levantasse ancora com destino ao Rio de Janeiro no dia 9 de dezembro.

### Rio de Janeiro

A primeira providência do casal Graham ao aportar no Rio em 15 de dezembro, foi procurar onde se hospedar para cuidar da saúde. Instalaram-se provisoriamente numa casa confortável no Catete, onde o cônsul inglês, o coronel Cunningham, foi visitá-los acompanhado da mulher. Enquanto cuidava do marido, atacado de gota, Maria passeou pela cidade e fez os primeiros contatos com a sociedade da corte. A cidade tinha “um ar de pressa e atividade” que agradava a visitante, exceto talvez pelo costume dos habitantes de fazer a sesta após o jantar. (Graham, 1990, p.208)

A Casa de Bragança tinha passado por várias mudanças desde sua instalação no Brasil em 1808: a morte da rainha Maria I, a aclamação no trono de D. João VI (1816), o casamento de Dom Pedro com a arquiduquesa Leopoldina, filha do imperador Francisco I da Áustria (1817), o nascimento dos três primeiros filhos do casal, Maria da Glória (1819), Miguel (1820), morto ao nascer, e João Carlos (1821). O retorno de D. João VI a Portugal em abril de 1821 e a nomeação de Dom Pedro como regente do Brasil eram fatos recentes a agravar a instabilidade e a agitação política reinantes nos dois lados do Atlântico.

O projeto das Cortes de transformar o reino em uma monarquia constitucional era visto no Rio de Janeiro como uma tentativa inadmissível dos deputados portugueses de recolonizar o país (Rocha, 2009). Para culminar, as Cortes determinaram que D. Pedro voltasse à Europa, medida recebida como um ato de sujeição inaceitável pelos liberais brasileiros. O possível retorno do príncipe regente despertou comoção “de ponta a ponta do reino”, lia-se nos jornais, um passo preliminar degradante para reconduzir o país à condição de colônia dependente da velha “mãe-pátria”. Em mensagem enviada pelo governo de São Paulo a D. Pedro, em 24 de dezembro, perguntavam os paulistas:

“como agora esses deputados de Portugal, sem esperarem pelos do Brasil, ousam já legislar sobre os interesses mais sagrados de cada província e de um reino inteiro?” O vice-presidente da província José Bonifácio de Andrade e Silva dava o tom do documento, que insistia na permanência do “Príncipe idolatrado”, declarando a disposição de qualquer sacrifício para que D. Pedro ficasse no Brasil. (Graham 1990, p. 214-216)

A comunidade inglesa participava da ansiedade geral. Temerosos por sua segurança, propriedades e negócios os comerciantes pediram ao navio inglês que ficasse estacionado no Rio até a chegada de novos reforços. Em vista disso, em 8 de janeiro o casal Graham deixou a casa do Catete e reinstalou-se na *Doris*, aproveitando a melhora de saúde do capitão e do primo Glennie, também doente.

No dia seguinte, alguns oficiais ingleses juntaram-se à multidão que acompanhou os acontecimentos do “dia do *Fico*”. A manifestação começou na Câmara e seguiu em procissão pelas ruas, em meio ao entusiasmo do grande público e descargas de artilharia. O ponto alto da comemoração aconteceu, como de hábito, no Teatro São João, com inflamados discursos pedindo “união e tranquilidade” e forte presença de militares brasileiros na proteção ao príncipe e à princesa. A cidade estava brilhantemente iluminada, os fortes pareciam “castelos encantados de fogo” e a noite, segundo a narradora, correu em completa harmonia. (Graham, 1990, p.217-219)

Não era bem assim. Dois dias depois as tropas portuguesas e brasileiras entraram em disputa pelo comando militar. Uma força avaliada em oito mil homens, pelos cálculos de Maria Graham, ocupou o caminho entre o Morro do Castelo e a grande estrada para o interior, dominando também o aqueduto que abastecia a cidade de água potável. Curiosa em ver as tropas reunidas, ela foi até o Campo de Santana no centro da cidade. Em meio aos soldados e oficiais alertas, havia oradores falando a grupos reunidos, combatentes vagando exaustos, soldados dormindo pelos cantos de mistura com os cavalos e jumentos. Homens negros cruzavam de um lado para o outro, levavam bebida fresca e doces para os homens, davam capim e milho aos animais enquanto os moleques brincavam em volta, como se nada estivesse acontecendo. (Graham, 1938, p. 83-4)

A tropa portuguesa reunida pelo general Avilez tinha cerca de dois mil homens, rapidamente dominados e retirados para a Praia Grande (Niterói), antes de serem

enviados de volta a Portugal, para satisfação dos comerciantes estrangeiros, irritados com a arrogância e os destratos dos *pés-de-chumbo*. Nas ruas desertas os caixeiros convocados para as milícias passavam armados, em frente às lojas fechadas. Uma mensagem dirigida à *Doris* pedia proteção e perguntava se o príncipe, a princesa e a família poderiam ser recebidos a bordo em caso de necessidade. Maria apressou-se a arrumar sua cabine para a eventualidade, que afinal não se confirmou (Graham, 1990, p. 226-7). Dias depois ficou sabendo que no dia 12 D. Leopoldina, em adiantado estado de gravidez, seguiu com os filhos Maria da Gloria e João Carlos para Santa Cruz, antigo estabelecimento dos jesuítas no interior, transformado em palácio de campo. A viagem teve conseqüências desastrosas, resultando na morte de pequeno João Carlos, de 11 meses, no dia 4 de fevereiro.

Ainda em janeiro formou-se um novo gabinete de governo, presidido por José Bonifácio de Andrade e Silva, nomeado ministro do Reino, Justiça e Estrangeiros com amplos poderes. O mais velho dos irmãos Andrada ganhou a imediata admiração da viajante, menos pela política do que por sua dedicação à ciência, adquirida em Coimbra, Lisboa e nas muitas viagens que fez à Inglaterra, França e Itália. (Graham, 1990, p. 229)

Maria mantinha o habito de ler os jornais diariamente desde que chegara ao Brasil. Livre da censura imposta entre 1808 e 1820, era notório o papel desempenhado no Rio pela imprensa política, nos debates transformados em “insultos impressos” entre os grupos antagônicos (Lustosa, 2000). Notícias chegadas da Bahia davam conta da eleição de uma nova junta de governo e da nomeação de Inácio Luís Madeira de Melo como governador das Armas.

Mais uma vez a tripulação da *Doris* foi posta de sobreaviso e teve que voltar a Salvador. Os comerciantes ingleses temiam a repetição das perturbações, visto que os oficiais brasileiros eram contrários ao comando do brigadeiro português. O navio ficou ancorado na baía de Todos os Santos de 8 a 16 de fevereiro, porém nada parecia justificar os temores de novas agitações. O capitão Graham decidiu então voltar ao Rio, após concluir que cada coisa na Bahia estava “segundo todas as aparências, quieta”. (Graham, 1990, p.233)

A idéia mostrou-se inteiramente errada, pois na manhã do dia 19 Madeira de Melo atacou o forte de São Pedro e ordenou a invasão do Convento da Lapa, onde um grupo de soldados baianos buscou refúgio. Na ofensiva foi morta, no dia seguinte, a

abadessa Soror Joana Angélica e ferido o padre Daniel Nunes da Silva Lisboa, capelão do convento. Madeira de Melo tentou justificar o episódio perante a coroa portuguesa mas era tarde. A morte da “primeira heroína da Independência” demarcou o início de uma guerra sangrenta que só terminaria em dois de julho de 1823, “data histórica que baliza a libertação da cidade do Salvador do exército de Portugal”. (Tavares, 2005, p.48)

Voltando ao Rio, a fragata inglesa ali permaneceu por mais 18 dias. As ruas estavam repletas de mercadorias inglesas, geralmente caras, e a vida movimentada da cidade corria normalmente, sem maiores sobressaltos. Maria freqüentava a Ópera, convidada pela viscondessa do Rio Seco, de quem se tornou amiga. Tratava-se da irlandesa cuja filha era casada com o governador de Pernambuco Luis do Rego Barreto, que Maria conhecera em Recife. Conseguiu assim, aproximar-se da sociedade do Rio e passou a circular com desenvoltura, tentando aproximar-se do convívio da corte.

Suas aspirações de adentrar a órbita mais íntima do poder, porém, não se concretizaram. Ficou a impressão de que o príncipe e os brasileiros tomavam pouco conhecimento da presença dos ingleses e desconfiavam de que eles se juntariam aos portugueses, caso viessem a abandonar a alegada neutralidade britânica na América do Sul. Corriam boatos, inclusive, de que um oficial inglês do navio *Aurora* não poupava demonstrações de simpatia aos militares reinóis embarcados para a Praia Grande. (Graham, 1990, p. 232).

O incidente apenas confirmava os conhecidos privilégios históricos dados à Inglaterra por Portugal, cada vez mais dependente dos interesses comerciais ingleses, assegurados no Brasil pelos tratados preferenciais que se seguiram à abertura dos portos. Em contrapartida, a influência política britânica sobre a corte portuguesa no Rio manteve-se em “maré baixa”. A impopularidade da Inglaterra entre brasileiros e portugueses estava se tornando cada vez mais aguçada (Manchester, 1973, p.100).

A missão da *Doris* no Brasil chegava ao fim. Na véspera da partida para o Chile, enquanto os tripulantes ultimavam os preparativos para levantar âncora, cruzou por eles uma esquadra portuguesa vinda de Lisboa com um novo reforço de tropas. Drasticamente impedida de entrar no porto, a comitiva fez meia volta e regressou à Europa, após ser obrigada a assinar um compromisso em que reconheciam a autoridade do príncipe. (Varnhagen, 1940, p. 166).



O navio deixou a baía em 10 de março, ao raiar do dia. Ao todo foram quase seis meses de permanência no país, cuja experiência resultou na primeira parte do livro *Journal of a voyage to Brazil, and residence there, during part of the years 1821, 1822, 1823*. As litografias que ilustram a edição reproduzem desenhos da própria autora, com exceção de algumas, de autoria de Augustus Earle. Entre as vistas do Rio de Janeiro figuram o Pão de Açúcar, o Corcovado, Laranjeiras, São Cristóvão e o cemitério dos Ingleses. (Graham, 1824)

O precário estado de saúde do capitão Graham piorou no trajeto final e ele não resistiu à viagem marítima. Morreu no dia 8 de abril, quando o navio passava pelo Cabo Horn antes de avistar as costas do Chile. Maria tentava dar conta da tragédia que se abatera em sua vida: “Estava só e viúva, com um hemisfério entre mim e meus parentes”. Suas últimas anotações de bordo, em 20 de abril, mostram a difícil tentativa de permanecer forte como de hábito:

“Muitas coisas dolorosas ocorreram. Mas tive também conforto. Encontrei simpatia e auxílio fraterno em alguns e não fui insensível ao comportamento afetuoso de meus rapazes, como eram chamados os guardas-marinha. Tive o consolo de sentir que nenhuma mão estranha tinha fechado os olhos do meu marido, ou amaciado o travesseiro.”  
(Graham, 1990. p. 252)

### A experiência chilena

Em 28 de abril o navio aportou em Valparaíso. Assim que chegou a viúva do capitão tomou providências para o enterro do marido, mas não se sentiu em condições de continuar viagem, como seria de esperar. Recusou as ofertas de transporte de um navio de bandeira inglesa e de outro norte americano, não queria voltar para casa naquele momento. Assim, decidiu permanecer no Chile, mesmo sozinha, com a saúde abalada e sofrendo de melancolia. (Graham, diário do Chile, p. 114). De algum modo, parecia estar à vontade com a sorte que o destino lhe reservara. Havia uma promessa de aventura que a impulsionava a ficar no Novo Mundo e experimentar a nova condição de liberdade e independência, absolutamente incomum às mulheres do início do século XIX. (Akel, 2009; Hayward, 2003)

Decidiu aceitar o desafio, ficou em Valparaíso e foi ali que conheceu Thomas Cochrane, em casa de amigos. O lorde já era uma “lenda viva”, de cuja vida aventureira e controvertida Maria ouviu falar em Londres. De origem nobre escocesa, Cochrane entrou para a armada britânica aos 17 anos e fez fama por sua participação nas guerras napoleônicas. Após entrar para a política como um radical e eleger-se para o parlamento inglês em 1808, envolveu-se em ações fraudulentas na Bolsa de Valores em 1814, o que o levou a ser expulso da Marinha. Reduzido à condição de mercenário ofereceu seus serviços ao Chile, onde se tornou um herói nacional no comando naval das guerras da independência contra a Espanha. (Vale, 2004)

Maria tornou-se sua amiga, considera-o heróico, acompanha passo a passo sua atuação, deixando a crescente admiração tomar conta do diário que escreveu sobre sua permanência no Chile em 1822 (Graham, 1992). Além das qualidades pessoais, ela exalta a habilidade política de Cochrane em resolver os conflitos, tanto no campo interno como nas relações com países vizinhos como o Peru e a Argentina (Akel, 2009, cap. 6). Os sentimentos da viajante têm razões subjetivas evidentes, que a levam a considerá-lo, cheia de gratidão, “seu único e verdadeiro amigo”.

Teria ela se apaixonado por aquele homem dominador que, aos seus olhos, parecia personificar a própria supremacia britânica no mundo? Talvez. O romance não é confirmado por nenhum dos dois nem pelos respectivos biógrafos, embora haja claros indícios nesse sentido. O cenário romântico dos mares do sul era dos mais propícios, pontilhado por jantares a dois a bordo, troca de cartas, longos passeios nas praias de Valparaíso e visitas à fazenda concedida a Cochrane em Quintero: “sus sentimientos hacia el Lord son cada vez más visibles”. (Lago, 2000)

Seja como for, quando foi preciso escolher novamente o que fazer, Maria não hesitou em aceitar a ajuda daquela “mão generosa” e retornar ao Rio de Janeiro, sem revelar que tipo de expectativas acalentava. A permanência no Chile republicano tinha chegado ao limite para a aristocrata inglesa, viúva e sozinha ou talvez ela ainda alimentasse a idéia de uma aproximação com a Casa de Bragança, o que não conseguira na primeira visita ao Brasil. De qualquer modo, não queria voltar à Inglaterra.

O convite do governo brasileiro ao futuro Almirante da Marinha Nacional e Imperial do Brasil foi feito em 4 de novembro de 1822, com base em vagas promessas de um contrato temporário e informal a ser remunerado no mesmo padrão pago pelo

Chile. O emprego como mercenário, bastante comum naquela época, foi aceito imediatamente.

O navio *Col. Allen* apressou-se em deixar Valparaíso em 18 de janeiro de 1823, devido aos tremores de terra inesperados que se abateram sobre o Chile. Antes de partir, Maria endereçou uma carta à Real Sociedade de Geologia a respeito do terremoto de que foi testemunha no Chile, a qual foi objeto de controvérsias e debates posteriores. (Graham, 1822)

### Segunda viagem ao Brasil

Ao chegar ao Rio de Janeiro Cochrane teve a impressão de que, embora todos estivessem interessados em assegurar seus serviços, o imperador Pedro I via-se quase sozinho na intenção de dar-lhe as honrarias que ele julgava à altura de sua reputação (Cochrane, 1859, cap. X). Muito se falou sobre as condições de sua contratação, cujas exigências financeiras pareciam excessivas e criavam um impasse quanto à adequação do comando militar ficar em mãos de um estrangeiro.

As controvérsias parecem ter se resolvido rapidamente, pois já no dia 21 de março Maria registra em seu diário: “Recebi dele um bilhete anunciando que içará sua flâmula às quatro horas da tarde, a bordo da *Pedro Primeiro*” (Graham, 1990, p.266). Uma salva anunciou aos habitantes da cidade a posse do almirante no comando da esquadra brasileira, cujos oficiais eram quase todos profissionais estrangeiros, experimentados no ofício. Entre os marinheiros predominavam os portugueses e brasileiros, libertos e escravos. (Graham, 1938, p. 182)

A 1º. de abril a *Pedro Primeiro* deixou o Rio com destino à Bahia, acompanhada de nove embarcações armadas e equipadas às pressas e de forma improvisada. A missão tinha por objetivo estabelecer o bloqueio por mar das forças do general Madeira de Melo, estacionadas em Salvador. A esquadra avistou a costa baiana a 1º. de maio e defrontou-se no dia 4 com a armada portuguesa, bem melhor preparada. O jornal *Idade do Ouro* deu a relação das duas esquadras, “avaliando por baixo a força dos navios de Lorde Cochrane e apresentando-os como mal preparados e incapazes de enfrentar os portugueses”. (Graham, 1990, p. 298-299)

As primeiras notícias da Bahia abateram a inglesa, instalada em uma casa no morro da Gloria e disposta a por em prática seus planos, agora revelados claramente: em conversa com José Bonifácio, de quem se tornou amiga, falou da intenção de pedir proteção à família real e este a aconselhou a marcar uma audiência com D. Leopoldina.

A carta foi endereçada ao imperador, com data de 21 de abril, apresentando como credenciais sua ascendência nobre de famílias da Inglaterra e da Escócia e pedindo permissão para prestar suas homenagens:

“Tive a infelicidade de ficar viúva e sou hoje uma estrangeira no Brasil, onde espero passar alguns meses antes de voltar à Europa. É pois, como estrangeira e como viúva que quereria colocar-me especialmente sob a proteção de sua Augusta e Amável Imperatriz.” (Graham, 1990, p. 294)

Enquanto aguardava resposta, Maria acompanhava os acontecimentos políticos no Rio, especialmente a cerimônia de abertura das sessões preparatórias da Assembléia Constituinte e Legislativa, em 3 de maio de 1823. O imperador deu conta dos fatos que levaram à independência e ratificou a promessa de fazer uma constituição “sábia, justa, adequada e executável, ditada pela razão e não pelo capricho”. Assegurava também que os três poderes fossem divididos de modo a garantir a liberdade, tranquilidade e independência do império.

Os festejos culminaram no teatro, em noite de gala. Madame Rio Seco, coberta de diamantes e plumas convidou-a para seu camarote, ao qual Maria compareceu usando apenas um enfeite de cabeça simples e de crepe, de luto fechado, como exigiam os costumes do lugar. A apresentação do espetáculo *A descoberta do Brasil* e da nova bandeira imperial com a inscrição *Independência ou Morte* despertaram viva emoção e a noite terminou sob aplausos delirantes do público e gritos de “Viva a Pátria”, “Viva o Imperador”, “Vivam os Deputados”. (Graham, 1990, p.275-296)

Foi nesse clima que conseguiu finalmente ser recebida no palácio de São Cristóvão, em companhia de outras convidadas inglesas, entre as quais a mulher do cônsul-geral Chamberlain. Sentia muitas dores naquela manhã de 19 de maio, o que a obrigou a tomar uma boa porção de ópio para chegar na hora ao encontro marcado. Seu esforço foi recompensado, o resultado da entrevista lhe pareceu promissor a julgar pela

impressão agradável que causou à imperatriz que, inclusive, declarou já a conhecer de nome.

Informações chegadas da Bahia davam conta de que Salvador enfrentava sérios problemas de abastecimento. Antes da chegada de Cochrane, o exército brasileiro avançava por terra sob o comando do General Labatut, levando Madeira de Melo a uma posição defensiva e imobilista. No mês de maio, divergências internas resultaram na demissão de Labatut e sua substituição pelo coronel José Joaquim de Lima e Silva, que acelerou a ofensiva. A falta de provisões era desesperadora, a fome e as doenças forçavam a população a abandonar a cidade sitiada, havia gente morrendo de inanição pelas ruas. (Tavares, p. 133-136)

Sempre atenta ao que se passava com o almirante Maria recebeu a visita da bela Lady Katherine Cochrane e da filha do casal, recém chegadas ao Rio. Ficou sabendo que Madeira de Melo proclamou a lei marcial e levantou empréstimos forçados de brasileiros estrangeiros. Sentindo-se compelido a deixar o país, alertou os partidários dos portugueses sobre a crise que se avizinhava: “[...] se chegássemos a ter de abandonar esta cidade, muitos de vós a deixariam também e eu seria muito responsável à nação e a El-Rei se vos não prevenisse com antecipação.” O *Semanário Cívico* de 5 de junho dizia que um terror pânico tomou conta da cidade. (Graham, 1990, p. 307)

Depois de uma tentativa de ataque na noite de 12 de junho, Cochrane conseguiu, afinal, cortar a entrada de suprimentos no porto e assegurar a manutenção do bloqueio da baía de Todos os Santos. No dia 2 de julho o exército brasileiro entrou na cidade pela Estrada das Boiadas (Liberdade), passou pela Lapinha e Soledade, alcançou o Terreiro de Jesus e a praça da Câmara Municipal. Outra parte do *Exército Pacificador* veio de Brotas e uma terceira da Graça e Vitória. (Tavares, 1979, p. 136-137). Acuada por terra e mar, as tropas portuguesas foram obrigadas a abandonar o país e zarpar rumo a Lisboa.

“Afinal a Bahia caiu” registrou Maria em seu diário, onde transcreve o bilhete recebido de Cochrane, nos seguintes termos:

“Minha cara senhora – Tive pena em saber de sua doença, mas é preciso ficar boa, já que lhe comunico que expulsamos o inimigo para fora da Bahia. As fortalezas foram abandonadas esta manhã e os navios

de guerra, em número de 13, com cerca de 32 barcos de transporte e navios mercantes, estão em caminho. Acompanhá-los-emos (isto é a *Maria da Gloria* e a *Pedro Primeiro*) até o fim do mundo. Repito, espere novas notícias. Creia-me sempre seu amigo sincero e respeitoso

Cochrane

2 de julho de 1823, a oito milhas ao norte da Bahia”.

(Graham, 1990, p. 312)

Dias depois, em 16 de julho, o Rio foi agitado pela queda do gabinete dos Andradas. Consumada a demissão, o Imperador não perdeu tempo em pedir o apoio do povo, assegurando: “Embora incautos queiram denegrir a minha constitucionalidade, ela sempre aparecerá triunfante”. Em meio à confusão reinante, Maria voltou ao palácio, a pretexto de levar um desenho de São Cristóvão prometido à imperatriz. Dessa vez foi conduzida à presença de D. Pedro, viu as jovens princesas e conversou longo tempo com Leopoldina, uma mulher “cultivada e bem educada”, respeitada pela prudência e coragem tanto em público como na vida privada. (Graham, 1990, p.315-317)

Aconselhada pelo médico a mudar de ares foi morar em um sobrado em Botafogo, para fugir do calor e da umidade. Tentava controlar a melancolia que a deixava prostrada, preenchia o tempo com visitas ao Museu de História Natural e fez algumas excursões pelo interior fluminense. Na volta, leu na gazeta do Rio sobre a passagem de Cochrane por Pernambuco e seu pedido às autoridades locais de marinheiros “de qualquer outra nação” que não a portuguesa para terminar a guerra, além do pagamento de 24 mil reis de prêmio. (Graham, 1990, p. 348).

O acordo não deu certo e o almirante inglês decidiu correr o risco de seguir para o Maranhão por sua conta e risco, chegando a São Luis em 26 de julho. Depois que deixou a Bahia, suas ações não eram autorizadas nem tinham caráter oficial, mas ele prosseguiu enviando a D. Pedro diversas bandeiras tomadas de navios de guerra (Cochrane, 1859, cap. X). Em uma longa carta, Cochrane relata à Maria a adesão do Maranhão a D. Pedro em 27 de julho, arrematada com vivas à Independência e à Constituição do Brasil. (Graham, 1990, p. 369-371)

Em agosto o partido monárquico de Portugal dissolveu as Cortes, tendo a frente o infante D. Miguel. Era a *Vilafrancada*, cuja repercussão no Rio de Janeiro aumentou o receio do futuro e a turbulência política. Maria conformou-se em acompanhar os debates entre liberais e absolutistas pelo *Diário da Assembléia*, pois assistir as sessões das bancadas, como ela desejava, era coisa considerada inadmissível às mulheres.

No final do mês teve uma grata surpresa, com a passagem pela cidade de Maria de Jesus, a jovem Maria Quitéria, que se distinguira na guerra do Recôncavo baiano. A combatente fez uma visita à viajante inglesa a quem contou sua vida cheia de aventuras, a fuga da casa paterna para combater ao lado dos patriotas, disfarçada em roupas masculinas, e a entrada para o Regimento de Artilharia de Cachoeira. Lutou sem ser identificada, até pedir transferência para a Infantaria, que exigia menor esforço físico, e terminar a guerra reconhecida como heroína.

Maria Quitéria estava no Rio para ser apresentada ao imperador, de quem recebeu o posto de alferes e a Ordem do Cruzeiro. A estrangeira ficou encantada com a jovem inteligente e alegre, de modos delicados “apesar de iletrada”, criada no sertão do rio do Peixe, onde “as moças aprendem o uso de armas de fogos tal como seus irmãos”. Filha de pai brasileiro e mãe portuguesa, suas feições tinham acentuados traços dos índios e isso talvez explicasse seus hábitos de comer peixe e farinha com ovos e fumar charutos após as refeições.

“Sua vestimenta é a de um soldado de um dos batalhões do Imperador, com a adição de um saiote escocês, que ela me disse ter adotado da pintura de um escocês, como um uniforme militar mais feminino?! Que diriam a respeito os Gordons e os MacDonalds? O traje dos velhos celtas, considerado um atrativo feminino?! (Graham, 1990, p.349)

O *Diário da viagem ao Brasil* trás uma bela ilustração da alferes Maria Quitéria, retratada por Augustus Earle, o jovem e talentoso artista inglês protegido de José Bonifácio, de passagem pelo Rio na ocasião.

Nova mudança de endereço em setembro levou Maria à Rua dos Pescadores no. 79 (atual Visconde de Inhaúma), na mesma semana em que o projeto da Constituição brasileira foi enviado pela Assembléia ao imperador. Ela passou a freqüentar a

biblioteca pública, disposta a consultar o excelente acervo da Biblioteca Real, trazido para o Brasil por D. João VI e pago a peso de ouro a Portugal depois da independência (Schwarcz, 2002). Os bibliotecários “extremamente polidos” lhe cederam um pequeno e agradável gabinete, onde passava horas fazendo anotações.

Também intensificou seus estudos de botânica, fazendo coletas sistemáticas e visitando o Jardim Botânico. Os trabalhos e desenhos que fez sobre plantas brasileiras estão listados entre os coletores da *Flora Brasiliensis*, de Martius, com o itinerário de suas herborizações em Pernambuco, na Bahia e no Rio de Janeiro.

Sua vida social girava em torno da família de José Bonifácio e sua mulher, a irlandesa Narcisa O’Leary de Andrada. José Bonifácio, próximo dos 60 anos, era magro, pequeno, dono de uma atividade mental incansável “que mais parece consumir o corpo em que habita”. Na intimidade, vivia cercado de moços e crianças, dedicava-se à poesia e não parecia infeliz por ter se retirado momentaneamente da vida pública. Para Maria aquela amizade tornou-se uma autêntica “jóia cara”, um consolo e um prazer para momentos especiais. (Graham, 1990, p.360-364)

D. Pedro comunicou à Assembléia os feitos de Cochrane no Maranhão, mas a reação dos deputados não foi das melhores. Uns alegaram ressalvas aos métodos de guerra, digamos pouco convencionais, usados pelo almirante, outros disseram que não lhes cabia manifestar-se a respeito, de modo que a casa recusou-se a fazer agradecimentos oficiais de gratidão. O fato em nada abalou as convicções da fiel admiradora do lorde: “Que alguns apontem suas faltas e outros demonstrem inveja, é bem verdade. Mas quando não foi assim?” concluiu ela. Preferiu ficar com o povo, anotando em 6 de outubro que a cidade teve três dias de regozijo público pela tomada do Maranhão. (Graham, 1990, p. 376)

As visitas feitas ao palácio de São Cristóvão renderam seus frutos, graças à interferência do almirante inglês Thomas Hardy, comandante da estação naval na América do Sul. Maria foi convidada para a recepção de aniversário de D. Pedro, em 12 de outubro, quando conversou com D. Leopoldina a quem declarou que sua maior ambição seria tornar-se governante das “Imperiais Crianças do Brasil”. No dia seguinte formalizou o pedido por carta (Anais, 1938, p. 34-35) e compareceu às 5 horas da manhã para uma audiência com o Imperador. Falou do desejo de voltar à Europa antes de desempenhar a missão. O pedido foi aceito, ela seria a partir dali uma integrante da



corte da Casa de Bragança no Brasil, com tempo suficiente para preparar-se para o cargo.

Leopoldina tinha um forte sentimento de cumprimento dos deveres, amor à ordem e à estabilidade, o que tornava difícil a convivência com a confusão e a imprevisibilidade do marido e da família real portuguesa. Aos poucos aprendeu a fazer valer seu estilo reservado, mas firme, o interesse pelos livros, pela arte e pela música. Ganhou espaço político e influência pessoal, com o apoio de José Bonifácio, e teve papel decisivo no processo de independência (Oberacker, 1973). Porém foi sendo tomada pela tristeza e melancolia diante das crescentes humilhações sofridas do marido infiel e agressivo.

Na época em que Maria Graham a conheceu, a imperatriz tinha perdido as últimas ilusões em relação ao seu casamento, como desabafa em carta à irmã Maria Luiza, em junho de 1823: “todos os meus deveres me ligam a meu esposo e infelizmente não posso lhe oferecer minha confiança, nossas mentalidade e educação são muito distintas” (Kehl, 2006).

A futura governante da princesa Maria da Glória talvez não soubesse do que se passava na intimidade de São Cristóvão nem da presença de Domitila de Castro, pivô da crise vivida pelo casal real, no Rio de Janeiro desde o começo do ano de 1823. Assim preparou-se rapidamente para voltar finalmente à Inglaterra, satisfeita de ver seus desejos cumpridos.

Viajou em 23 de outubro a bordo do paquete inglês *Chichester* com destino a Falmouth, levando consigo os jornais do Rio que conseguiu encontrar: o *Diário da Assembléia*, a *Gazeta do Governo*, o *Diário do Rio*, o *Correio*, a *Sentinela da Liberdade à Beira do Mar da Praia Grande*, o *Silfo*, o *Atalaia*, o *Tamoio*, a *Sentinela do Pão de Açúcar*, o *Espelho*, a *Malagueta*. A bordo iam apenas a mulher e a filha do capitão, além da única passageira, com tempo de sobra para ler, escrever e desenhar.

Ao passar pela nau *Pombinha*, na altura de Pernambuco, soube que Cochrane havia seguido para o Pará, de onde voltaria diretamente para o Rio. Imaginou que o amigo já devia ter chegado e quase acertou, Cochrane entrou na barra do Rio de Janeiro no dia 9 de novembro. Assim que o navio atracou D. Pedro subiu a bordo, ficando muito satisfeito ao ser informado que as presas de guerra subiam a 76, incluindo as

barcas canhoneiras do Maranhão. (Dores, 1838, p. 258) Apesar das controvérsias, o imperador concedeu ao lorde inglês o título de Marques do Maranhão e a condecoração da Ordem do Cruzeiro.

A chegada do *Chichester* a Falmouth se deu em 18 de dezembro de 1823. Maria ficou na Inglaterra até meados de junho de 1824, quando retornou ao Brasil.

Sua terceira temporada seria tumultuada: ao passar de navio por Pernambuco reencontrou Cochrane e envolveu-se em episódios da Confederação do Equador. (Graham, s.d.) No Rio imiscuiu-se nas intrigas da corte e da política. Sua experiência no palácio de São Cristovão, como governante da futura rainha Maria II de Portugal não duraria mais de um mês, pois acabou sumariamente despedida por D. Pedro. Mas isso já é uma outra história...

A viagem, a memória, a narração, a história

O *Diário de uma viagem ao Brasil* se constrói no dia a dia, mês e ano cuidadosamente anotados pela autora, segundo os padrões da literatura de viagem, com seus roteiros geográficos, descrições dos costumes e produtos das terras distantes. Ao texto se alia o desenho da paisagem, da arquitetura e dos tipos humanos, como meios de transmitir um conhecimento pouco sistematizado, cujo principal objetivo é atrair o leitor europeu e envolve-lo na narração.

Porém o “diário” de Maria Graham é mais um recurso de estilo do que um gênero literário. A escritora experiente vale-se do memorialismo para se colocar na posição de uma cronista autorizada da política, da história e da cultura, numa fusão entre a literatura e a análise social. Sem deixar de lado o pitoresco e o exótico que satisfazem a curiosidade do leitor comum, o relato vai entremeando impressões pessoais, estados de espírito, opiniões políticas e projetos de uma leal e perspicaz súdita inglesa, cheia de expectativas.

Editado posteriormente, o livro é o resultado de observações e contatos com as pessoas que vai conhecendo, acrescidos de transcrições de jornais e livros, citações literárias que vão de Walter Scott a Jane Austen, um resumo da *História do Brasil* de Southey como abertura histórica, trechos de biografias, a poesia de Shakespeare,

Milton, de seu amigo Byron, que serve de epígrafe ao livro: “once more upon the waters, yet once more...”

A duração e a amplitude da viagem revelam as especificidades dos lugares visitados, as redes de relações existentes entre eles, a existência de projetos distintos, as possibilidades de confluências, enfim um emaranhado de conjunturas de uma história viva que Maria Graham vai registrando, no calor da hora.

Nos anos decisivos de conformação do Estado e da nação brasileira, os passos da viajante ajudam a compor os acontecimentos que marcaram a independência do Brasil, em seus avanços e retrocessos, ambigüidades e contradições. Os personagens dessa história, com seus contornos difusos, atravessam as camadas sociais, são políticos letrados, proprietários rurais, comerciantes, trabalhadores urbanos, militares, burocratas, ricos e pobres. No centro da cena, a figura de Pedro I se destaca como patrimônio da memória, para quem todos os olhares se voltam.

É possível perceber a busca de espaços nas alianças políticas que envolviam desde os setores isolacionistas aos defensores da centralização. Os trânsitos regionais eram intensos, envolviam arranjos e influências recíprocas, implicavam em trocas comerciais entre as províncias, laços de família, migrações de trabalhadores, transferências do governo, da burocracia, do clero, dos militares.

O surgimento da “nação”, esse conceito ainda difuso de unidade espacial e simbólica, mostrava uma sociedade complexa, repleta de ambivalências, articulações e novas configurações. (Jurandir Malerba, 2006; Sousa, 1998). Mais tarde, em meados do século XIX, as elites locais em cujo meio Maria Graham circulou com a desenvoltura que lhe era peculiar, vão ganhar espaço maior para atuar, entrar em confronto e negociação, no processo de consolidação da monarquia constitucional brasileira (Porto Alegre, 2006).

Ao acompanhar a efervescência em que vivia o país, pelo olhar estrangeiro da visitante, podemos ver muitas diferenças de interesses, as tensões, os conflitos e lutas em jogo. Nas histórias contadas e interpretadas à sua maneira, transparecem as escolhas pela acomodação ou pela ruptura, a violência nos campos de batalha, as mediações nas cidades, as transformações culturais ocorridas naqueles anos.

São imagens de mundos deixados para trás, descobertas matizadas que se esvaem e se confundem com a passagem do tempo. Do quase esquecimento a que foi

relegada no Brasil, Maria faz surgir ecos de outros modos de ser e estar, outros usos, outras tradições. São panoramas fugidios que se insinuam, ora pelo encantamento ora pela rejeição, atraindo o leitor à viajante estrangeira, de passagem. Narrativas a documentar a memória ou as memórias da vida, de muitas opções.

## Bibliografia

### Obras de Maria Graham

GRAHAM, Maria. *Journal of a residence in India*. Edinburgh: G. Ramsay and Co., 1812.

\_\_\_\_\_. *Letters on India*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, 1814.

\_\_\_\_\_. *Memoirs of the Life of Nicholas Poussin*. London: Longman, 1820.

\_\_\_\_\_. *Three Months Passed in the Mountains East of Rome During the Year 1819*. London: Longman, Hurst, Rees, 1820.

\_\_\_\_\_. *Journal of a voyage to Brazil, and residence there, during part of the years 1821, 1822, 1823*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, Green and J. Murray, 1824.

\_\_\_\_\_. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Tradução e notas de Américo Jacobina Lacombe. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1990.

\_\_\_\_\_. *Diario de mi residencia en Chile en 1822*. Tradução e introdução de Jose Valenzuela Dooner. Santiago de Chile: Editorial del Pacifico, 1992.

\_\_\_\_\_. *Maria Graham no Brasil; I - Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Dona Leopoldina e cartas anexas (p. 29-65); II Escorço biográfico de D. Pedro I, com uma notícia do Brasil e do Rio de Janeiro (p. 66-176)*. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 60, 1938.

\_\_\_\_\_. Uma carta à Sociedade de Geologia a respeito do terremoto de que foi testemunha no Chile, em 1822.

### Bibliografia geral

AKEL, Regina. *Maria Graham: a literary biography*. New York: Cambria Press, 2009.

AMARAL, Braz H. do. *História da independência na Bahia*. Salvador: Progresso, 1957.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. *A guerra da Bahia*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 2001.

\_\_\_\_\_. A política dos homens de cor no tempo da Independência. *Estudos avançados*, vol. 18, no. 50, São Paulo, 2004.

BERBEL, Márcia. Pátria e patriotas em Pernambuco (1817-1822) nação, identidade e vocabulário político. In JANCSÓ, István. (Org.) *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Unijuí; Fapesp, 2003, p. 345-363.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, Recife: UFPE, 2006.

CARVALHO, Marcus J M. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 36, São Paulo, 1998.

COCHRANE, Thomas. *The Life of Thomas, Lord Cochrane, Tenth Earl of Dundonald*. London. 1869.

DORES, Frei Manoel Moreira da Paixão e. Diário do capelão da esquadra de Lord Cochrane. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 60, 1938, p. 177-258.

GOTCH, Rosamund Brunel. *Maria, Lady Callcott: the creator of "Little Arthur"*. Londres: John Murray, 1937.

JANKSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. "Peças de um mosaico ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira". In MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. São Paulo, Senac, 2000, p. 127-175.

KEHL, Maria Rita. Leopoldina, ensaio para um perfil. In KAHN, Bettina e LIMA, Patricia de Souza. *Cartas de uma imperatriz: Dona Leopoldina*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

KRAAY, Hendrik. Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos: o recrutamento de escravos na guerra de independência no Brasil, 1822-1823. *Revista Brasileira de História*, v. 22, São Paulo, 2002, p. 109-126.

LAGO, Tomás. *La viajera ilustrada: vida de Maria Graham*. Santiago: Planeta, 2000.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MALERBA, Jurandir. *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MANCHESTER, Alan. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

MELO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.

MORAES, Alexandre José de Melo. História do Brasil Reino e do Brasil Império. Tomo II. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

OBERACKER JR., Carlos H. *A imperatriz Leopoldina: sua vida e sua época*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973.

PORTO ALEGRE, MARIZ, Marlene e DANTAS, Beatriz Góis. *Documentos para a história indígena no Nordeste*. São Paulo: NHII;USP, 1994

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. *Os ziguezagues do Dr. Capanema: ciência, cultura e política no século XIX*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

PRATT, Marie Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.

ROCHA, Antonio Penalves. *A recolonização do Brasil pelas Cortes*. São Paulo: Unesp, 2009.

SORGINE, Juliana Ferreira. *Da colônia às cortes: a formação da junta governativa de Goiana e a crise do Antigo Regime português em Pernambuco (1821)*. Dissertação de mestrado, UFRJ, 2005.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada: O Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831*. São Paulo: Unesp, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *Independência do Brasil na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2005.

\_\_\_\_\_. *História da Bahia*. 6a. edição. São Paulo: Ática, 1979.

VALE, Brian. *The audacious Admiral Cochrane: the true life of a naval legend*. London: Conway Maritime Press, 2004.

VARNHAGEN, Francisco A. de. *História da Independência do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1940.